

O CONTEXTO DO AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORTE DE MATO GROSSO/MT*

Érica dos Santos PICHININ**

Resumo: Com o processo de globalização uma série de mudanças nas relações econômicas, financeiras e sociais é desencadeada, no qual a ocupação dos territórios regionais pelo capital internacional impõe práticas homogêneas, a fim de manter as taxas de lucro. Neste artigo, discorremos sobre a forma como o capital cria novas formas de dependência, novas relações entre as escalas local, regional, nacional e internacional e como este fenômeno se reflete no desenvolvimento regional do Norte de Mato Grosso e faz com que a localização geográfica da região se torne estratégica, não apenas pelo viés da integração territorial por contigüidade, mas de construção de redes de logística, comunicação, recursos humanos, insumos, entre outros. É neste sentido, ao considerar o contexto do desenvolvimento regional no Brasil a partir da década de 1970, como resultado da interação entre processos de abertura externa, voltados para a globalização, e internos, para a descentralização que será abordado o avanço da fronteira agrícola.

Palavras-chave: ocupação; colonização; desenvolvimento regional; fronteira agrícola; Amazônia.

Resumen: Con el proceso de la globalización a la serie de cambios en las relaciones económicas, financieras y sociales se suelta, en las cuales la ocupación de los territorios regionales para el capital internacional impone homogéneo práctico, para guardar los impuestos de beneficio. En este artículo, discurremos en la forma mientras que el capital crea las nuevas formas de dependencia, nuevas relaciones entre las escalas locales, regionales, el nacional y el internacional y como este fenómeno si refleja en el desarrollo regional del Norte Mato Grosso y hace no sólo con ésa la localización geográfica de la región si llega a ser estratégico, para el biés de la integración territorial para la proximidad, pero de la construcción de las redes de logístico, comunicación, recursos humanos, insumos, entre otros. Está en esta dirección, cuando en vista del contexto del desarrollo regional en el Brasil a partir de la década de 1970, según lo resultado de la interacción entre los procesos de la abertura externa, vueltos hacia la globalización, y los internos, para la descentralización que será subida el avance de la frontera agrícola.

Palabras-clave: ocupación; establecimiento; desarrollo regional; frontera agrícola; Amazônia.

Abstract: With the globalization process a series of changes in the economic, financial and social relations is unchained, in which the occupation of the regional territories for the international capital imposes practical homogeneous, in order to keep the profit taxes. In this article, we discourse on the form as the capital creates new forms of dependence, new relations between the scales local, regional, national and international and as this phenomenon if it reflects in the regional development of the Matogrossense Amazônia and makes not only with that the geographic localization of the region if becomes strategic, for the point of view of the territorial integration for proximity, but of construction of nets of logistic, communication, human resources, among others. It is in this direction, when considering the configuration of a new contextual scene of the regional development in Brazil from the decade of 1970, as resulted of the interaction between processes of external opening, come back toward the globalization, and interns, for the decentralization that will be boarded the advance of the agricultural border.

Key-words: occupation; settling; regional development; agricultural border; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o contexto do avanço da fronteira agrícola no Norte de Mato Grosso a partir do processo de incorporação da economia regional nos cenários nacional e internacional. Aborda também o papel do Estado na configuração da estrutura urbana regional

* Texto resultante de reflexões no âmbito da pesquisa concluída em 2006 “Estudo dos impactos sócioambientais no Norte do estado de Mato Grosso/Brasil”, sob orientação do Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos. FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP.

** Mestranda em Geografia. Programa de Pós-Graduação da referida instituição. Dep. Geografia. E-mail: ericageopp@yahoo.com.br.

diante do fortalecimento de novos atores e da abertura econômica externa no contexto da nova ordem da política internacional, esta caracterizada pelas múltiplas facetas econômicas, a monopolaridade política e o regionalismo aberto.

Historicamente, observa-se que os fatos sociais estão fundamentados em um processo de transformação que compreende não apenas a produção de bens materiais, mas também a adequação dos fatos naturais às necessidades da sociedade, na qual a organização socioespacial depende exclusivamente da dinâmica referente ao funcionamento destes elementos nas diferentes escalas. O conhecimento destes elementos permite melhor entender o Brasil como país cuja economia foi e continua atrelada à exploração de recursos naturais (florestas, rios, solos, animais etc.) em curto prazo.

Os programas de desenvolvimento regional destinados à Amazônia, desde o início do seu processo de ocupação, são marcados por políticas setoriais que surtiram efeitos diretos na região em que estavam inseridos, como também não continham nenhuma ação relacionada diretamente às grandes alterações na dinâmica socioambiental.

Passos (2000) destaca que a partir da década de 1970, o estado de Mato Grosso foi incorporado de maneira intensa à economia nacional, tendo a produção de grãos grande destaque neste contexto. A colonização privada se sobrepôs aos outros tipos de colonização (oficial e espontânea) e as bases para uma agricultura capitalista, tendo a soja como “carro chefe”, foram estabelecidas. Sabe-se que os governos militares proporcionaram a implantação de toda uma infraestrutura no país e que tal fato gerou maior dinamização econômica, porém, as ações destes governos giraram apenas em torno da esfera econômica em detrimento das questões relacionadas às esferas social e ambiental.

Nesse período contraditório fora lançado, portanto, o “embrião” de um modelo de ocupação e aproveitamento dos recursos naturais na Amazônia baseado em uma ideologia de integração do território nacional sob a lógica economicista e sem grandes preocupações com a questão ambiental. (Ibid, 2000)

Diante da complexidade dessas questões que envolvem a realidade da Amazônia surge a necessidade de melhor compreender o contexto histórico de implantação do capitalismo na área a partir dos projetos desenvolvimentistas elaborados, durante o regime militar, por meio de uma abordagem que contemple desde o período marcado por uma colonização de caráter espontâneo, perpassando pela colonização dirigida e de iniciativa privada até os dias atuais nos quais se assiste à grande influência das chamadas *trades* na produção do espaço regional (Id, 2007), especificamente na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá/MT a Santarém/PA) ao longo da porção Centro-Norte do estado de Mato Grosso.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NORTE DE MATO GROSSO.

O Centro-Oeste brasileiro, de um modo geral, é considerado, pelos poderes públicos, como uma “região-solução” para a maioria dos problemas do Brasil. O território pouco povoado, a “disponibilidade” de terras e a possibilidade de se “avançar sempre para o Oeste” estimularam o avanço da fronteira agrícola que representa um componente ideológico fundamental do consenso social, largamente manipulado pelos governantes durante o regime militar. Vale lembrar que a política de colonização, implantada a partir dos anos 1950, se valeu da grande disponibilidade de terras devolutas existentes na região. (Id, 2007)

Para Passos (2000), essa área, devido à sua extensão e a sua situação, “às vezes central e fronteira”, constitui um “jogo geopolítico”. A fundação de Brasília, em 1960 e a criação de grandes eixos rodoviários ligando Belém a Brasília (Norte-Sul), Cuiabá a Porto Velho e a Santarém (Sul-Norte-Oeste e Sul-Norte) no quadro do Programa de Integração Nacional (PIN) deveriam impulsionar a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico espontâneo.

Neste contexto, o processo de ocupação e uso dos recursos naturais na porção Centro-Norte de Mato Grosso foi acelerado pelo forte investimento do Governo Federal em obras de infra-

estrutura, principalmente na construção de rodovias como a Transamazônica e a BR-163 que liga Cuiabá/MT a Santarém/PA.

A implantação da rodovia BR-163 (Cuiabá/MT-Santarém/PA) enquanto fruto desse Plano de Integração desencadeou grandes transformações ao longo de todo seu trajeto. Tem início, a partir daí, a grande destruição do cerrado e de áreas de floresta de transição, principalmente no estado do Mato Grosso, ao passo que a produção de grãos – a soja, em especial – vai conquistando grande importância no cenário econômico. Desta forma, em torno da rodovia BR-163 se desenvolveu uma agricultura fortemente voltada para a produção de grãos com vistas ao mercado externo.

Com os incentivos governamentais e grandes investimentos do setor privado ocorreu o processo de modernização agrícola com grande utilização de máquinas no plantio e colheita das lavouras o que gerou, conseqüentemente, expulsão de mão de obra, antes empregada nestas funções. Ou seja, no que tange aos impactos sociais desta modernização do campo na região, configuram-se o desemprego, a miséria e o inchaço da pobreza (massa dos excluídos) dos novos centros urbanos na área de expansão da fronteira agrícola. (PASSOS, 2007)

De acordo com o autor supracitado, no período compreendido entre os anos de 1970 e 1974, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), priorizou o assentamento de colonos pobres nos estados de Rondônia e Mato Grosso, conforme proposta do projeto POLONOROESTE, atendendo a três objetivos básicos: (1) *objetivo econômico*, ou seja, promover a agricultura, como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; (2) *objetivo demográfico*, isto é, frear o êxodo rural e reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirige para as grandes metrópoles do Sudeste; (3) *objetivo social*, diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no Sul do país. Analisou-se também que um segundo projeto foi direcionado aos cerrados, cujos solos eram avaliados como pobres e impróprios para a agricultura, até 1970. Durante esta fase, foram desenvolvidas inúmeras pesquisas para a obtenção de sementes de soja adaptadas às condições *edafoclimáticas* do cerrado. (Ibid, 2007, p.105-106)

É possível verificar um forte investimento destinado à melhoria da infra-estrutura regional através do Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal e do PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), principalmente no que se refere à construção de estradas para o escoamento da produção, e fornecimento de crédito rural e incentivos fiscais para que os agricultores capitalizados adquirissem cada vez mais terras (Ibid, 2007). Portanto, segundo o autor, a partir de “fortes investimentos, em função dos progressos da agricultura e do desenvolvimento das comunicações”, os cerrados atraem os “sulistas” para os Chapadões do Planalto Central, tendo a soja como ‘carro-chefe’ de uma agroindústria exportadora. Neste momento, priorizaram-se os agricultores provenientes da região Sul para desenvolverem uma agricultura moderna e competitiva voltada, essencialmente, para os mercados internacionais. Teve início, a partir de então um processo acelerado de urbanização da fronteira agrícola.

Rosendo (2002) aponta para o fato de que a colonização do Norte de Mato Grosso começa por iniciativa de três grandes empresas colonizadoras: SINOP – Sociedade Imobiliária Norte do Paraná; COLIDER – Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional e INDECO - Integração Desenvolvimento e Colonização. Em 1972, a autora aponta que o grupo econômico pertencente à colonizadora SINOP de propriedade de Enio Pepino, adquiriu uma área de 48.670.000 Km² de terras do município de Chapada dos Guimarães, onde teve início o processo de formação das cidades de Vera e Sinop, entre outros núcleos urbanos localizados na então denominada Gleba Celeste.

Passos (2007) ressalta que essas empresas colonizadoras – SINOP, COLÍDER, INDECO etc. – e as grandes cooperativas nacionais – COOPERLUCAS, CANARANA, COOPERVALE etc. – colocaram em prática um plano de gestão que consistia, basicamente: na fundação de cidades, divisão e venda de lotes rurais e urbanos e seleção dos colonos. Ou seja, uma “reprodução do padrão sulista” (*paranaense, catarinense e riograndense*). “Esses primeiros anos do processo de colonização do estado do Mato Grosso, se deram à base da improvisação e das incertezas”. O autor ainda relata que muitos migrantes chegaram e, logo depois, retornaram. As dificuldades, motivadas

pelo isolamento – falta de estradas, falta de prestadores de serviços, falta de compradores, as diferenças sócio-culturais das áreas de cerrado em relação às áreas de origem (região Sul, por exemplo), a ineficiência e inexistência de serviços básicos - saúde e educação – estão muito presentes nas narrativas dos que resistiram e permaneceram. A permanência, segundo o autor, só foi possível “graças ao espírito de agrupamento, muito presente e valorizado pelos colonos provenientes da região Sul”. (Ibid, 2007, p.97-98)

Após a década de 1970, a atuação do Estado e de grupos privados no processo de colonização visando à exploração das potencialidades para se alcançar grandes lucros transforma de maneira definitiva o cenário regional. Assim, com a disseminação da visão sobre a Amazônia enquanto grande reserva de recursos e grande vazio demográfico houve, depois do governo Vargas e do período ditatorial, a inserção de centenas de empresas transnacionais realizando altos investimentos na região e configurando um novo modo de relação entre o homem e o meio.

Frente a essas observações, pode-se dizer que o cenário atual é marcado por contradições geradas a partir das necessidades da reprodução da força de trabalho, ou melhor, do consumo coletivo e da política de distribuição dos recursos públicos que são direcionados, primordialmente, aos setores mais expressivos do ponto de vista econômico, responsáveis pela expansão da produção e sob forte influência das chamadas *trades*, como Cargil, Bunge, ADM etc. (PASSOS, 2007), contrapondo-se às necessidades de subsistência de grande parcela da população e de preservação dos recursos naturais.

Diante disso, consideramos relevante expor o pensamento de Santos que nos faz refletir a respeito dos novos contornos, novas características e novas definições que o espaço geográfico ganha, ressaltando o caso da atual expansão capitalista no campo:

[...] A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constitui a compartimentação e a fragmentação atuais do território. (SANTOS, 2001, p. 80)

Na concepção do autor:

[...] A palavra fragmentação impõe-se com toda força porque, nas condições acima descritas, não há regulação possível ou esta apenas consagra alguns atores e estes, enquanto produzem uma ordem em causa própria, criam, paralelamente, desordem para tudo o mais. Como essa **ordem desordeira** é global, inerente ao próprio processo produtivo da globalização atual, ela não tem limites; mas não tem limites porque também não tem finalidades e, desse modo, nenhuma regulação é possível, porque não desejada. Esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador, seqüestrando autonomia ao resto dos atores. (Ibid, p.86, grifo do autor)

Observa-se, no caso do Norte de Mato Grosso, que todo o processo de ocupação ocorrido ao longo do século XX não superou algumas características como a concentração de terras, poder e renda, fortemente marcado pelas irregularidades na adequação das políticas na região e na aplicação de normas exigidas por lei. Podemos destacar conforme nossos objetivos de análise a exposição de Forbes (1989) ao retomar Soja, ressaltando a importância das políticas regionais para a transformação do espaço capitalista:

Pode-se dizer que as duas formas de luta de classe [ou seja, a social e a regional] aparecem em conflito, especialmente com a manipulação das identidades territoriais sob o nacionalismo, o regionalismo e o localismo burgueses. Mas quando a consciência territorial se baseia na natureza exploradora das relações capitalistas de produção e reprodução e não no paroquialismo e na ligação emocional ao lugar, trata-se de consciência de classe. A produção do espaço, na realidade, foi socialmente ofuscada e mistificada no desenvolvimento do

capitalismo, que permitiu empregar-lá contra a luta de classes. (SOJA, 1980, p. 224, Op. Cit. FORBES, p. 230).

Passos (2007) no esforço de escolher uma imagem, ou seja, uma expressão que seja reveladora do ambiente da fronteira atual aponta que esta imagem é a da “exclusão”. E tal questão se justifica, de acordo com o autor, pelo fato de que a fase atual é a do crescer de “dentro para fora”, ou seja, “criar corpo”. Criar corpo, conforme ressalta o autor deve ser compreendido enquanto a necessidade de responder aos elevados custos de produção a partir do aumento de volume, ou seja, volume do parque de máquinas, volume da área de plantio, volume no domínio da cadeia de produção: financiar o plantio, financiar a colheita, financiar as máquinas, financiar a camionete. “Quem não consegue criar corpo, fazer volume, vai enfrentar sérias dificuldades doravante, e está sob riscos de desaparecer”. (Ibid, 2007, p.99)

Neste momento, frisamos a reflexão de Santos:

[...] Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influências daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. [...] (SANTOS, 2001, p.88-89)

Procurando expor elementos que justifiquem as reflexões que emergem em torno desse debate, pode-se recorrer novamente à análise de Passos (2007), na qual ressalta “não estamos longe ao afirmarmos que primeiro chegam as *trades* e as cooperativas nacionais e, logo após, os plantadores de soja”. O autor ainda adverte que a fase inicial de preparar o solo, com o plantio de arroz, nos primeiros dois ou três anos após o desmate, está totalmente defasada no contexto atual, uma vez que se faz presente tecnologias de plantio da soja imediatamente após o desmatamento o que tem atingido dimensões cada vez maiores.

Décadas depois, verifica-se o contrastante cenário expresso na heterogeneidade e complementaridade entre os diversos agentes que compõem o contexto da expansão da fronteira agrícola. Nas cidades situadas ao longo do eixo da rodovia BR-163, a segregação ocorre não apenas no ponto de vista socioespacial, mas também ambiental em função da dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem muitas vezes inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação etc.) somados às menores oportunidades profissionais e de emprego formal, difícil acesso às leis e ao lazer. Na prática, este fenômeno atinge principalmente as camadas menos favorecidas que se encontram à margem do sistema capitalista.

Santos¹ (2001) verifica o registro de uma “tendência a um duplo desemprego: o dos agricultores e outros empregados e o dos proprietários”; por isso, de acordo com a abordagem do autor, “forma-se no mundo rural em processo de modernização uma nova massa de emigrantes, que tanto se podem dirigir às cidades quanto participar da produção de novas frentes pioneiras”.

3. BR-163: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DINÂMICA SOCIOESPACIAL.

Nas últimas décadas, inúmeros autores têm se voltado para a compreensão de indagações recorrentes das peculiaridades na organização socioespacial, enfatizando as relações dialéticas, e os desdobramentos da dinâmica contemporânea do capital entre os diversos pontos do país.

Para Forbes (1989):

A questão regional deu margem a consideráveis debates e divergências entre geógrafos contemporâneos, planejadores regionais, cientistas regionais e cientistas sociais em geral. O desenvolvimento regional constituiu importante tese para a Geografia do desenvolvimento no pós-guerra, estreitamente relacionada que foi à incorporação de metas de programação regional nos planos quinquenais de muitos países capitalistas periféricos desde a década de 1960. (Ibid, p.201)

E ressalta, [...] a busca da integração funcional da economia dos espaços acabou posta em cheque pelas reivindicações de integração territorial, descentralização e autonomia regional. (Ibid, p.206)

Contraditoriamente, a descentralização regional pode ser entendida enquanto produto de um processo político interno, tendo como base a revolução científica e tecnológica, a transformação do Estado em regulador do regime de acumulação privado e transferidor de poder à sociedade civil, buscando maior autonomia de acordo com as tendências privatizadoras que disseminam e redistribuem o poder de decisão por razões macroeconômicas.

No discurso de Santos (2001):

De tais áreas pode-se dizer que atualmente funcionam sob um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área da ação; mas essas lógicas são internas aos setores e às empresas globais que as mobilizam. Daí se criarem situações de alienação que escampam a regulações locais ou nacionais, embora arrastando comportamentos locais, regionais, nacionais em todos os domínios da vida, influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego, incidindo sobre o funcionamento da economia regional e urbana, por intermédio de suas relações determinantes sobre o comércio, a indústria, os transportes e os serviços. Paralelamente, alteram-se os comportamentos políticos e administrativos e o conteúdo da informação. (Ibid, p.92)

Ainda de acordo com a análise de Santos referente à compartimentação e fragmentação do espaço, em particular, no caso do Brasil, nos chama a atenção pela seguinte reflexão:

[...] O exame do caso brasileiro quanto à modernização agrícola revela a grande vulnerabilidade das regiões agrícolas modernas face à “modernização globalizadora”. [...] verifica-se que o campo modernizado se tornou praticamente mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo que as cidades. Desse modo, enquanto o urbano surge, sob muitos aspectos e com diferentes matizes, como o lugar da resistência, as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade. (SANTOS, 2001, p.92)

Essas reflexões permitem a abordagem de proposições relativas ao processo de produção de novas formas espaciais na sociedade capitalista contemporânea, bem como da adaptação das regiões agrícolas modernas, na qual toda essa problemática é recolocada em questão, enquanto as determinações fundamentais vêm de fora. (Ibid., p.93)

Configurou-se no estado de Mato Grosso uma série de transformações em um contexto de exploração capitalista, onde foram gerados conflitos entre os diferentes atores sociais (índios, garimpeiros, pequenos agricultores, latifundiários, sem-terras) e, em meio a tais conflitos, resistências e violências na incessante busca pelo lote, principalmente por aqueles mais desfavorecidos no decorrer deste processo.

Do ponto de vista ambiental, assistimos a uma total destruição do ecossistema do cerrado e seu avanço para as áreas de floresta amazônica, ao passo que são abertas as rodovias e desmatadas vastas áreas para a cultura de grãos, principalmente de soja. Além do mais, o cultivo extensivo provoca um desgaste cada vez maior dos solos e o uso de insumos químicos gera poluição dos mananciais.

Com a crescente mecanização agrícola, portanto, há a expulsão de mão de obra das áreas de plantio. Ou seja, no que tange aos impactos sociais dessa modernização regional, apresentam-se o desemprego, a miséria e o inchaço da pobreza dos novos centros urbanos na fronteira agrícola, única opção da massa dos excluídos.

Neste âmbito, não podemos considerar as cidades na área de expansão da fronteira agrícola como agentes independentes, pois sua dinâmica é permeada pelas relações sociais, numa aliança contraditória entre o meio e a sociedade, sendo uma expressão da configuração e das relações sociais, que deixam suas marcas no espaço geográfico. Porém, essas cidades, em sua materialidade, também determinam as ações sociais. Utilizando a proposição que o referido autor apresenta para conceituar o espaço, como sendo este “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”, pode-se evidenciar a existência da relação entre a sociedade e a natureza, no processo de produção dessas cidades. (SANTOS, 2001)

Convém destacar: “o que distingue esta nova configuração espacial das precedentes não é só seu tamanho (que é a consequência de sua estrutura interna), mas também a difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica” (CASTELLS, 2000).

Em um período em que os meios de comunicação são elementos fundamentais do modo de vida da sociedade, de uma forma geral, pode-se dizer que já não existem tantos obstáculos que distanciam as relações entre cidade e campo.

Devemos, portanto, nos perguntar: qual seria o papel da região na nova ordem mundial caracterizada pela concentração de poder (econômico, financeiro e político), associada à redefinição dos fluxos?

De um lado, tem-se a expansão do capitalismo sobre a região, incorporando-a e redefinindo suas funções de acordo com os interesses de mercado. Este processo não é ímpar na região, é fruto do processo de globalização. A utilização deste termo permite de acordo com Rosas e Hespanhol (2003) a compreensão não somente do movimento econômico em termos globais, mas também de um ‘mosaico’ inter-setorial, composto de diferentes concepções, ideologias, economias, políticas e sociais, num movimento que extrapola a dinâmica do capital, mas não foge do seu comando direto ou indireto, personificado em grandes empresas e até mesmo em Estados. De outro lado, verifica-se a intensificação das atividades informais que se apresentam como pontos de resistência à incorporação da rede global e constituem uma base para as minorias, como são os casos dos trabalhadores rurais sem-terra na região.

Desta forma, é importante frisar que a expansão da fronteira agrícola – processo intensificado nos anos 1970 foi resultado de políticas e programas de desenvolvimento que não consideraram a sua viabilidade regional-local, o que resultou na dimensão dos problemas socioambientais que acabam até mesmo ultrapassando os limites municipais e estaduais. Diante deste impactado cenário, grande parte das tentativas de se solucionar os problemas decorrentes do avanço da fronteira agrícola como: a precariedade das condições de vida de grande parte da população, a perda de gradiente dos solos e o assoreamento dos cursos d’água, para citar alguns exemplos, não têm surtido grande efeito.

Em contrapartida, enquanto não houver um maior conhecimento sobre os processos de “causa-efeito” relacionados a essa área impactada e comprometimento por parte dos órgãos responsáveis, dificilmente será possível alcançar um consenso em relação às medidas mitigadoras que, efetivamente, venham a minimizar os impactos de ordem social e ambiental. Isto significa que, toda e qualquer medida para avaliar os impactos socioambientais observados na Amazônia não deve ser analisada isoladamente do seu entorno.

Diante disso, emerge a necessidade de se investigar metodologias apropriadas para uma análise integrada, que abordem impactos diretos, indiretos e cumulativos ao longo das décadas, considerando as políticas, planos, ações e programas que vêm sendo implementados na região. Assim, somente a partir de uma visão integrada dos processos que ocorrem na região é que se tornará possível o estabelecimento de diretrizes para um desenvolvimento regional.

Para tal feito, o Estado deveria intervir amplamente na política agrária. A urgência de mudanças nesta esfera e que se faz presente nas últimas décadas não se baseia unicamente na redistribuição de terras, mas envolve um questionamento social mais amplo, atendendo às necessidades mais complexas, muitas das quais de ordem cultural e histórica. Por tudo isso, essas mudanças devem compreender transformações relacionadas à conscientização e organização social, às particularidades regionais, proporcionando um maior poder de atuação dos governos (democratização) em relação ao ordenamento do território.

Conforme aponta Gonçalves (1989) “vivemos um momento crítico”, pois há uma intensa crise no plano econômico, no plano jurídico – político, no plano das normas e valores, da arte e da cultura, ou seja, há uma “ideologia da crise” que se reflete nas contradições e conflitos do mundo moderno.

Em sua reflexão teórica Lefebvre (2002) reconhece “como existiriam descontinuidades absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de relações novas?”.

Neste sentido, os mesmos modelos de desenvolvimento não devem ser implantados nas diferentes regiões, justamente devido as suas especificidades que exigirá soluções diferenciadas considerando o grau de desenvolvimento social e econômico de cada uma delas e o seu papel no cenário nacional e internacional. Ou seja, é de fundamental importância analisar os limites estruturais que compõem a organização do espaço brasileiro para propor um processo de desenvolvimento regional adequado às reais necessidades.

No Norte de Mato Grosso, seria cabível uma primeira mudança na relação entre sociedade e Estado que impossibilita a integração de diversos setores, na qual se construiria uma ação em prol do desenvolvimento regional com o intuito de melhorar a oferta de emprego e renda e preservar o meio ambiente.

Na atualidade, a questão ambiental pode contribuir para uma melhor compreensão dos diferentes ciclos econômicos brasileiros, na maioria das vezes estagnados e abstratos que por tanto tempo compuseram o contexto histórico da economia brasileira. O objetivo seria identificar, em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanência tiveram essas sociedades e que tipo de impactos foram gerados. Esta seria uma possível forma de verificar como os ciclos se inter-relacionam. No caso da porção Norte de Mato Grosso, por exemplo, a devastação se dá há mais de três décadas. Hoje é uma região com um elevado índice de degradação. O uso dos solos, por mais que obedeça à lógica do capitalismo internacional, deixa muito pouco para a manutenção das comunidades locais, como tantos outros exemplos de áreas igualmente exploradas pelo uso intensivo existente dentro do território brasileiro. A economia e a sociedade brasileiras continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais. Grandes setores da economia ainda dependem do uso extensivo de recursos naturais, seja em relação aos solos destinados às práticas agrícolas ou à expansão da pecuária, às áreas de mineração e extração de madeiras, ou até mesmo das usinas hidrelétricas. Sabemos que um amplo conhecimento de todas estas variáveis (desde a degradação ambiental até os reflexos de ordem social) faz-se mais que necessário a fim de compreender as diferentes formas de interpretação da realidade no que se refere ao conjunto de ações direcionadas ao desenvolvimento regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da desigualdade social aliada à reestruturação produtiva no âmbito internacional do final do século XX e início do século XXI exerce reflexos sobre o meio ambiente. Desta forma, a partir da exposição dos principais elementos norteadores do processo de ocupação e colonização da área de expansão da fronteira agrícola no Norte de Mato Grosso, constata-se que desde os primeiros anos a região foi palco de um tipo de ocupação agrícola que provocou um intenso desmatamento nas áreas de cerrado e floresta o que contribuiu para um quadro de morfogênese muito agressiva, resultando em um rápido exaurimento do solo, com erosão e assoreamento dos cursos d'água, ou

seja, consubstanciando-se uma série de impactos ambientais negativos que, de modo direto ou indireto, acabam por se refletir na sociedade local.

Levando-se em consideração que as cidades na área de expansão da fronteira agrícola são socialmente produzidas, encontramos marcas sobrepostas no espaço, o que evidencia a dinâmica da paisagem em uma área onde se configurou os impactos motivados pela ação antrópica durante décadas, sem que houvesse qualquer tipo de preocupação em relação à proteção dos recursos naturais por parte dos governantes e dos proprietários agrícolas. Todos estes fatores, com certeza, se combinam para resultar em um cenário marcado por diferentes lógicas que conferem uma descontinuidade objetiva à paisagem.

É salutar observar que, com a globalização, além de intensificar a concorrência entre os mercados, reduz-se o papel do Estado, conseqüentemente as políticas de desenvolvimento regional ficam comprometidas em função da ausência de articulação regional para se implantar programas de médio e longo prazos para reverter o quadro de deterioração das condições de ordem social e ambiental.

Esse fenômeno requer das diferentes regiões uma contínua readaptação da infra-estrutura condizente às inovações tecnológicas, tornando necessária uma ampla transformação na organização socioespacial da região, por meio, por exemplo, da implantação de programas de saúde e educação objetivando uma melhoria nas condições de vida da população, bem como redefinir o quadro político, responsáveis pelo atraso há algumas décadas.

Em contrapartida, o momento atual marcado pela expansão da produção de soja, tão valorizada nos mercados nacional e internacional, deveria ser encarado como uma possibilidade por parte do poder público e demais órgãos competentes para atuarem no sentido de contribuir com uma redefinição no quadro socioeconômico regional-local, bem como no redesenho da paisagem intensamente degrada durante décadas favorecendo uma melhor qualidade de vida para as comunidades dos municípios que compõem o Norte do estado de Mato Grosso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FORBES, D.K. **Uma visão crítica da Geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PASSOS, Messias Modesto dos. **A construção da paisagem no Mato Grosso-Brasil**. Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2000;

_____.(Org.). **BR-163, de estrada dos colonos a corredor de exportação**. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

ROSAS, Celbo A. da F.; HESPANHOL, Antonio N. A cafeicultura brasileira no contexto do processo de globalização e de desregulamentação do mercado. In **Revista Formação**. n.10, v.2. FCT: Prudente-SP, 2003. P. 25-50.

ROSENDO, J.S. **Impactos socioambientais das serrarias instaladas no município de Vera-MT**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. Monografia (Bacharelado)-Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2002.

SANTOS, MILTON. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.